

PLANO DE TRABALHO

FIELD PROJECT	ARGUMENTAÇÃO EMPÍRICA EM DECISÕES JUDICIAIS						
AUTORIA	JOSÉ LUIZ NUNES				DISCENTES Nº MÁX.	10	
SUPERVISÃO	LEANDRO LÉO REBELO				DISCENTES Nº MÍN.	6	
REQUISITOS	Aberto para todo o corpo discente						
PÚBLICO-ALVO	Operadores do Direito e Sociedade Civil						
CÓDIGO	GRDDIR003 / GRDDIR037 / GRDDIR039 / GRDDIR041	PERÍODO	2025.1	NATUREZA	PRÁTICA	CARGA HORÁRIA	60h

EMENTA	Argumentação Jurídica. Estudos Empíricos. Argumentação baseada em dados. Decisões Judiciais. Tribunais superiores.						
PROBLEMA	Como informações quantitativas são incorporadas na argumentação jurídica em decisões das cortes superiores no Brasil? O objetivo do Field Project é coletar exemplos de votos e decisões que usam dados quantitativos, analisar e explicar com linguagem acessível tanto as informações quanto a relevância dos argumentos no contexto em que foram apresentados.						
PRODUTO	Conjunto de textos curtos analisando decisões de Tribunais a serem publicados na internet, e.g. em blog ou página do centro de pesquisa.						
OBJETIVO	Apresentar e discutir de casos em que argumentos quantitativos foram utilizados nas decisões de tribunais superiores no país. Produto irá explicar em linguagem acessível aspectos dos argumentos apresentados, e a relevância deles na tomada de decisão judicial para compreender e chamar atenção para o papel que podem desempenhar na argumentação jurídica.						
METODOLOGIA	Estudo de casos. Análise do processo argumentativo e apresentação em formato acessível de argumentação quantitativa e estatística dentro do contexto de tomada de decisão judicial.						
HABILIDADE Exigência MEC RESOLUÇÃO nº 5, 18 de dezembro de 2018	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.						
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.					
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.					
	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.						
	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.						
	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.						
	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.						
	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.						
	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.						
	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.						
	X	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.					
	X	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.					
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.					
Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.							
Outras:							
PROGRAMA GERAL (cronograma dos encontros semanais presenciais (em média 15))							
ATIVIDADE	TEMA						
1	Apresentação do Field e introdução ao problema a ser enfrentado						
2	Divisão da turma em grupos e instruções iniciais para levantamento de						
3	Acompanhamento de trabalho inicial						
4	Apresentação e revisão de pesquisa preliminares (i)						
5	Apresentação e revisão de pesquisa preliminares (ii)						
6	Divisão em grupos e seleção de casos a serem analisados						
7	Apresentação sobre conceitos relevantes para compreensão dos argumentos (i)						

8	Apresentação sobre conceitos relevantes para compreensão dos argumentos (ii)
9	Discussão de versão inicial de análise das decisões (i)
10	Discussão de versão inicial de análise das decisões (ii)
11	Definição de aspectos do produto final para padronização dos trabalhos
12	Reunião de feedback para alteração de versão final (i)
13	Reunião de feedback para alteração de versão final (ii)
14	Revisão de produto final, relatório e poster (i)
15	Revisão de produto final, relatório e poster (ii)
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Tipos de avaliação e respectivas pontuações ou pesos: entrega de tarefas, trabalhos, participação etc. sem correspondência com pontuações ou notas, podendo a distribuição ser feita por meio de percentuais. Entrega de tarefas (70%); Participação nos encontros (30%) Conceitos: A (ótimo); B (bom); C (suficiente) e D (insuficiente).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	Epstein, L & Martin A. An introduction to empirical legal research. Oxford University Press, USA; 2014. Levin, J. & Fox, J. A. (2004). Estatística aplicada a Ciências Humanas. (9a ed.) São Paulo: Pearson.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	Voto do Min. Alexandre de Moraes. RE 635.659. Supremo Tribunal Federal. Brasil Voto do Min. Luíz Roberto Barroso. ADCs 43, 44 e 54. Supremo Tribunal Federal. Brasil Voto do Min. Edson Fachin. Medida Cautelar nas ADCs 43 e 44. Supremo Tribunal Federal. Brasil Voto do Min. Alexandre de Moraes e memorial de <i>amicus curiae</i> do Ministério Público do Estado de São Paulo. ARE 843.989. Supremo Tribunal Federal. Brasil